31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MINAS GERAIS – CAU/MG

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais – CAU/MG, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 447 / 11º Andar – Funcionários – Belo Horizonte/MG – CEP 30.112-020.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN n° 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a

estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Créditos de Liquidações Duvidosas

a) **Implantação de política contábil em 2017** – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MG procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.

b) **Base de mensuração** – Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.

c) **Julgamento pela aplicação** – Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MG, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente. Esta informação encontra-se com gap de atualização em decorr~encia da pandemia do coronavírus que impactou diretamente neste segmento.

3.4 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "*impairment*", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MG **segue parcialmente** a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

Tipo do Bem	Anos	Valor Residual
Móveis e Utensílios	5	10%
Veículos	5	50%
Máquinas e Equipamentos	5	10%
Equipamento de Processamento de Dados	3	10%
Biblioteca	-	-
Obras de Arte	-	-
Utensílios de Copa e Cozinha	10	10%
Sistemas de processamento de Dados	3	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6 Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8 Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 – Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MG procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração – O CAU/MG adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.
As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma

situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12 Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13 Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação às contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-
Bancos Conta Movimento	1.099	25.985
Aplicações Financeiras	18.227.473	14.234.441
Banco Arrecadação	75.271	67.528
Totais	18.303.845	14.327.955

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Créditos de Anuidades do Exercício	4.161.574	2.656.169
Créditos de Anuidades do Exercício Anterior	8.315.609	5.464.680
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	- 6.801.759	- 4.257.832
Totais	5.675.424	3.863.018

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise globalizada do montante de casos que se encontram nas mesmas situações.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostram um aumento significativo em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Saldo de Suprimento de Fundos	-	-
Créditos Diversos a Regularizar	1.250	373
Sul América Capitalização	8.000	8.000
Depósito Judicial a Recuperar	-	-
Totais	**9.250**	**8.373**

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamentos.

8. Estoques

Os estoques têm seu controle mantido através do módulo SIALM.NET e o consumo é acompanhado. Em especial para os exercícios 2022 e 2021 o controle restou prejudicado em razão da pandemia do coronavírus e as vedações ao comparecimento presencial.

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Material de Expediente	13.511	9.397
Material de Informática	-	-
Totais	**13.511**	**9.397**

9. Variações Patrimoniais Pagas Antecipadamente

Trata-se de apropriações mensais de seguros conforme a utilização da proteção. Fora pagas (financeiro) na data da contratação, mas a apropriação orçamentária ocorre segundo a utilização. Em suma, o CAU/MG possui 2 (duas) apólices de seguros. São um para a VAN do programa CAU Itinerante e outro para resguardar a sede e os escritórios descentralizados bem como seus respectivos mobiliários.

10. Créditos a Longo Prazo

Está sendo desenvolvido um trabalho de regularização e inscrição de devedores em dívida ativa. A cada ano este trabalho se desenvolve de modo que o número de inscritos passa a ser cada vez maior. Este trabalho ainda é bastante insipiente. Até a plena inscrição de devedores registrados a tendência é de aumento contínuo no número de devedores e por consequência dos valores registrados. Entretanto o CAU/MG ainda não possui um relatório que nos permita a segregação por esferas (Administrativa e Judicial) – somente o valor total acumulado. Entretanto, à partir de 2020 foi proposta a junção dos saldos de dívida ativa com os valores a receber de exercícios anteriores (vide NE 6) como forma de aglutinação desta informação até que se consigam os relatórios segregados de toda a informação de devedores a longo prazo.

11. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente, com reconhecimento mensal, as vidas úteis dos ativos imobilizados versus os registros de depreciação.

			Líquido	
Tipo de Bem	Custo (R$)	Depreciação Acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	122.545	(76.564)	45.981	52.187
Instalações	2.952	(1.624)	1.328	1.623
Veículos	245.500	(122.749)	122.751	122.750
Móveis e Utensílios	344.209	(262.655)	81.554	83.522
Equipamentos de Informática	359.552	(273.005)	86.547	111.463
Utensílios de copa e Cozinha	7.834	(4.062)	3.772	4.299
Biblioteca	2.498	-		
Totais			**341.933**	**373.844**

Em 2022 houve evolução patrimonial no montante de R$ 99.485,00 tocante a aquisições diversas (Equipamentos Videoconferência, Purificadores de Água, Aparelhos Televisores, Equipamentos de Reconhecimento Facial, TV de 75" polegadas, Mobiliários Diversos E Exemplares para Biblioteca).

12. Intangível

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Softwares	78.923	73.923
Outros Intangíveis	-	-
Totais	**78.923**	**73.923**

Aquisição de Licença Adobe Creative Cloud no ano de 2022.

13. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal a Pagar	-	-
Apropriação Mensal da Folha	668.244	602.380
Benefícios Previdenciários a pagar	-	-
Total	**668.244**	**602.380**

No quadro abaixo constam as provisões.

14. Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores Diversos (Credores Diversos)	-	-
Restos a Pagar Processados	311.574	184.354
Outros Valores a Regularizar	51.857	26.131
Totais	**363.431**	**210.485**

Em outros valores a regularizar estão registrados os valores recebidos a título de dívida ativa sem a devida correspondência na contabilidade. Estão aguardando posicionamento do setor de cobrança

para plena regularização.

15. Provisões a Curto Prazo

Em meados de 2019, os saldos de provisões do grupo 217 – Provisões Trabalhistas Curto Prazo, foram transferidos para o grupo 211 – Apropriação Mensal da Folha (Provisões) por solicitação do CAU/BR para melhor atendimento ao disposto no PCASP (Vide NE 13).

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
PROVISÕES JUDICIAIS CURTO PRAZO	58.196	34.595
Total	**58.196**	**34.595**

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes. Para detalhamento das provisões judiciais e evolução dos valores, vide nota 18.

16. Demais Obrigações a Curto Prazo

As demais obrigações a curto prazo compreendem as consignações de tributos a serem recolhidos no início do exercício subsequente.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
INSS	32.406	28.721
IRRF	94.298	77.906
ISS	540	299
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	8.415	1.681
Contribuição Sindical - Anual	492	468
Total	136.152	109.076

17. Provisão para riscos processuais a longo prazo

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, estão assim representadas no que se refere ao longo prazo. Para o curto prazo vide nota 16.

Provisões a Longo Prazo	31/12/2022	31/12/2021
Provisões Cíveis/Trabalhistas	131.750	63.450
Totais	**131.750**	**63.450**

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

18. Patrimônio Líquido

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Superávit ou Déficit do Exercício	5.589.111	4.227.755
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	17.403.449	13.175.694
Ajustes de Exercícios Anteriores		-
Patrimônio Líquido	**22.992.561**	**17.403.449**

Estão relacionados o resultado do exercício acrescido de resultados de exercícios anteriores de forma acumulada.

19. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2022 não possuía coligadas, controladas ou subsidiáriasintegrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MG, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2022 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

21.21. Despesas por natureza X Receita

Considerando os valores relacionados no Grupo 03 – Variações Diminutivas. Para as despesas na fase da Liquidação tem-se o montante de R$ 7.718.927,03.

Classificação	2022
Despesa com Pessoal e Encargos	6.805.432
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	354.057
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	2.230.737
Transferências Concedidas	1.344.732

Desvalorização e Perda de Ativos	2.543.927
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	91.901
Total	13.370.788

Detalhamento da Receita

Receita	Orçado	Arrec. Período	Arrec. Exerc.	Diferença
RECEITA REALIZADA	**R$ 13.152.358,89**	**R$ 14.603.567,02**	**R$ 14.603.567,02**	**-R$ 1.451.208,13**
RECEITA CORRENTE	**R$ 13.152.358,89**	**R$ 14.603.567,02**	**R$ 14.603.567,02**	**-R$ 1.451.208,13**
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	**R$ 5.994.085,90**	**R$ 6.434.176,07**	**R$ 6.434.176,07**	**-R$ 440.090,17**
ANUIDADES	R$ 5.994.085,90	R$ 6.434.176,07	R$ 6.434.176,07	-R$ 440.090,17
RECEITA DE SERVIÇOS	**R$ 5.368.034,86**	**R$ 5.492.064,64**	**R$ 5.492.064,64**	**-R$ 124.029,78**
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	R$ -	R$ 21.825,93	R$ 21.825,93	-R$ 21.825,93
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	R$ 5.366.034,86	R$ 5.469.195,31	R$ 5.469.195,31	-R$ 103.160,45
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	R$ 2.000,00	R$ 1.043,40	R$ 1.043,40	R$ 956,60
FINANCEIRAS	**R$ 1.706.054,76**	**R$ 2.569.952,87**	**R$ 2.569.952,87**	**-R$ 863.898,11**
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	R$ 190.000,00	R$ 251.764,90	R$ 251.764,90	-R$ 61.764,90
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	R$ 1.516.054,76	R$ 2.318.187,97	R$ 2.318.187,97	-R$ 802.133,21
MULTAS SOBRE ANUIDADES	**R$ 330.915,84**	**R$ 344.544,33**	**R$ 344.544,33**	**-R$ 13.628,49**
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	**R$ 1.185.138,92**	**R$ 1.973.643,64**	**R$ 1.973.643,64**	**-R$ 788.504,72**
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	**R$ 84.183,37**	**R$ 107.373,44**	**R$ 107.373,44**	**-R$ 23.190,07**
MULTAS DE INFRAÇÕES	R$ -	R$ 19.452,14	R$ 19.452,14	-R$ 19.452,14
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$ 84.183,37	R$ 83.123,87	R$ 83.123,87	R$ 1.059,50
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	R$ -	R$ 4.797,43	R$ 4.797,43	-R$ 4.797,43
Total	**R$ 13.152.358,89**	**R$ 14.603.567,02**	**R$ 14.603.567,02**	**-R$ 1.451.208,13**

22. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	**2022**
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	18.959.900
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	13.370.788
(=) Superávit Patrimonial apurado	**5.589.111**

Resultado Orçamentário	**2022**
Receita Orçamentária Arrecadada	14.603.567
(-) Despesas Empenhadas	10.631.089
(=) Superávit Orçamentário Apurado	**3.872.992**

Resultado Financeiro	2022
Saldo Disponível Apurado	18.303.845

23. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

24. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

25. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Belo Horizonte, 04 de março de 2023.

REINALDO ANTERO DE JESUS JUNIOR:01382688601

Assinado de forma digital por REINALDO ANTERO DE JESUS JUNIOR:01382688601
Dados: 2023.10.06 15:43:54 -03'00'

Reinaldo Antero de Jesus Júnior
Contador CAU MG
CRC MG 100.314/O-6

gov.br Documento assinado digitalmente
LIVIAN FERNANDES HOTT
Data: 09/10/2023 15:08:16-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br